

Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

CNPJ nº 52.904.364/0001-08

São Paulo Rua Libero Badaró, 425 - 23º andar - Tel. (11) 3292-1400 | Rio de Janeiro Av. Rio Branco, 110 - 32º andar - Tel (21) 2101-8300

www.concordia.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

independentes sobre as demonstrações financeiras. A Concórdia apresentou no encerramento do exercício de 2012 um lucro líquido de R\$ 455 mil, contra um lucro líquido de R\$ 3.793 mil do exercício anterior. Encerramos o exercício de 2012, tendo sob nossa administração um total de recursos de terceiros de R\$ 3.294.843 mil, contra R\$ 3.894.405 mil no exercício anterior. Esses recursos estão representados por fundos de investimentos e clubes de investimentos. O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 3.849,

de 25 de março de 2010. A Concórdia é sediada na capital de São Paulo e possui filial na capital do Rio de Janeiro. Toda essa estrutura conta com um quadro de funcionários composto por 117 pessoas, o que assegurou à Concórdia, uma presença operacional importante nas principais praças financeiras do País. São Paulo, 26 de março de 2013

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

Nota explicativa	2º Semestre		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Receitas da intermediação financeira	4.001	4.001	7.796	7.504
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.976	3.976	7.776	7.396
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	25	20	108	108
Despesas da intermediação financeira	(277)	(617)	(1.255)	(1.255)
Operações de captação no mercado	(277)	(617)	(1.255)	(1.255)
Resultado bruto da intermediação financeira	3.724	3.384	6.541	6.249
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.998)	(6.301)	(5.163)	(5.163)
Receitas de prestação de serviços	19.193	36.240	39.130	39.130
Despesas de pessoal diversos	(6.959)	(13.857)	(14.474)	(14.474)
Outras despesas administrativas	(14.893)	(28.297)	(27.124)	(27.124)
Despesas tributárias	(1.652)	(3.429)	(3.388)	(3.388)
Outras receitas operacionais	16 c	1.073	2.441	743
Outras despesas operacionais	16 c	(160)	(199)	(56)
Resultado operacional	326	878	1.086	1.086
Resultado não operacional	(2)	(10)	2.558	3.644
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	324	868	3.644	4.730
Imposto de renda e contribuição social	(18)	(271)	(427)	(427)
Provisão para imposto de renda	(60)	(152)	944	944
Provisão para contribuição social	(51)	(99)	256	256
Ativo fiscal diferido	298	(20)	(826)	(826)
Participações estatutárias no lucro	(142)	(142)	(225)	(225)
Lucro líquido do semestre/exercícios	369	455	3.793	3.793
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$	0,37	0,46	3,79	3,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

2º Semestre	Exercícios	
	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2012	2011
Lucro líquido do semestre/exercícios	369	455
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	428	863
Depreciações e amortizações	–	(4)
Reversão de provisão para perdas	–	(11)
Resultado na alienação de bens	797	1.325
Lucro líquido do semestre/exercícios ajustados	48.855	34.289
(Aumento)/redução aos ativos operacionais	(48.855)	(34.289)
Títulos e valores mobiliários - carteira própria	725	1.658
Títulos e valores mobiliários - vinculados a operações compromissadas	4.409	(2.532)
Títulos e valores mobiliários - vinculados à prestação de garantias	386	(1.875)
Outros créditos - rendas a receber	74	3.181
Outros créditos - negociação e intermediação de valores	41.563	32.488
Outros créditos - diversos	1.969	2.149
Outros valores e bens - despesas antecipadas	(271)	(780)
Aumento/(redução) aos passivos operacionais	(44.016)	(30.081)
Captações no mercado aberto - carteira própria	(4.379)	2.528
Outras obrigações - sociais e estatutárias	1.344	1.119
Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	70	(422)
Outras obrigações - negociação e intermediação de valores	(29.966)	(33.934)
Outras obrigações - diversas	(11.085)	628
Fluxo de caixa proveniente/usado nas atividades operacionais	5.636	5.533
Fluxo de atividades de investimentos		
Alienação de investimento	–	1
Alienação de imobilização de uso	–	12
Aquisição de imobilização de uso	(158)	(251)
Aplicação no intangível	(407)	(464)
Caixa líquido proveniente/usado das atividades de investimentos	(565)	(702)
Fluxo de atividades de financiamentos		
Juros sobre capital próprio	(360)	(360)
Dividendos pagos	(1.752)	(1.252)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(2.112)	(2.112)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.959	2.719
Caixa e equivalentes de caixa		
Início do período	11.176	11.416
Fim do período	14.135	14.135
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.959	2.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Nota explicativa	2012	2011
Ativo		
Disponibilidades	83.254	112.573
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.432	211
Aplicações no mercado aberto	13.703	11.205
Títulos e valores mobiliários	38.627	35.878
Carteira própria	3.056	4.714
Vinculados a compromissos de recompra	4.822	2.290
Vinculados à prestação de garantias	30.749	28.874
Outros créditos	29.516	65.083
Rendas a receber	959	4.140
Negociação e intermediação de valores	27.931	60.419
Diversos	626	524
Outros valores e bens	976	196
Despesas antecipadas	976	196
Realizável a longo prazo	11.119	13.370
Outros créditos	11.119	13.370
Diversos	11.119	13.370
Permanente	3.975	4.143
Investimentos	1.695	1.692
Outros investimentos	1.695	1.696
(-) Provisões para perdas	–	(4)
Imobilizado de uso	1.623	1.901
Outras imobilizações de uso	4.916	4.782
(-) Depreciações acumuladas	(3.293)	(2.881)
Intangível	597	298
Ativos Intangíveis	1.075	611
(-) Amortizações acumuladas	(478)	(313)
Diferido	60	252
Gastos de organização e expansão	1.922	1.936
(-) Amortizações acumuladas	(1.862)	(1.684)
Total	98.348	130.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

Notas explicativas	Capital social		Reservas de lucros		Reservas especiais de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados		Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reservas para contingências	Reservas para expansão	Reservas especiais de lucros	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	36.000	5.313	84	264	–	745	–	41.661	
Realizações de reservas	–	(397)	(84)	(264)	–	–	–	–	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	3.793	–	3.793	
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	
Reserva legal	–	–	–	–	–	(227)	–	–	
Reserva de expansão	–	–	–	–	–	(681)	–	–	
Dividendos	–	–	–	–	–	(400)	(400)	–	
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	3.103	(3.103)	–	
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(127)	(127)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	36.000	5.143	–	681	3.103	–	44.927	44.927	
Realizações de reservas	13 d	–	–	–	–	(1.747)	–	(1.747)	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	455	–	455	
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	
Reserva legal	13 d	–	–	–	–	(22)	–	–	
Reserva de expansão	13 d	–	–	–	–	(68)	–	–	
Dividendos	13 b	–	–	–	–	(5)	(5)	–	
Juros sobre capital próprio	13 c	–	–	–	–	(360)	(360)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.000	5.165	–	749	3.103	–	43.270	43.270	
Saldos em 30 de junho de 2012	36.000	5.147	–	681	3.103	–	82	45.013	
Realizações de reservas	–	–	–	–	–	–	(1.747)	(1.747)	
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	–	369	369	
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	(18)	–	
Reserva de expansão	–	–	–	–	–	–	(68)	–	
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(5)	(5)	
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(360)	(360)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.000	5.165	–	749	3.103	–	–	43.270	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities ("Concórdia"), tem por objeto social, operar, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, administração de recursos de terceiros e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Concórdia é responsável pela administração de fundos de investimentos e clubes de investimentos cujos patrimonios em 31 de dezembro de 2012, somam R\$ 3.294.843 (R\$ 3.894.405 em 2011).

2. Estrutura e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo que a Concórdia desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras, emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 - Eventos subsequentes (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23).

3. Principais práticas contábeis: A Concórdia adota as seguintes práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: **a. Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela Concórdia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Estimativas contábeis:** As operações das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a utilização de estimativas contábeis. A Concórdia utiliza estimativas contábeis adotadas no Brasil, sendo que a Concórdia desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras, emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 - Eventos subsequentes (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23).

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São demonstradas pelo valor de compra com compromisso de renda, acrescidas dos rendimentos decorridos, calculados em base "pro rata die". **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.088/2001, os títulos e valores mobiliários, estão classificados na categoria "Títulos para Negociação", considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício. **f. Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na BM&FBovespa S.A., por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentados de venda de contratos e intermediação de valores. **g. Outros ativos e passivos:** Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata die") e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro rata die"). **h. Permanente: i. Investimentos:** São avaliados pelo método de custo de aquisição, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. **ii. Imobilização de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, e as principais taxas anuais são: 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados e 10% ao ano para outros bens. **iii. Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto os bens "incorpóreos" destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. **iv. Diferido:** Corresponde aos gastos lógicos e benéficos em imóveis de terceiros que estão registrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. **v. Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos não puderam ser mais registrados e os valores registrados até aquela data serão mantidos até a sua efetiva baixa. **i. Captações no mercado aberto:** Estão demonstradas pelo valor de venda com compromisso de recompra, acrescidas das despesas decorridas, calculados em base "pro rata die". **j. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais, e a contribuição social à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor. Os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal são calculados pelas alíquotas do imposto de renda e da contribuição social descritas acima. **k. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela Administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **a. Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **b. Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais, nas quais serão contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem deduzi-los das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. **l. Avaliação do valor recuperável:** Semestralmente, com base em análises realizadas diretamente em seu site a média de todos os negócios do dia de cada título público. Por decisão estratégica da Administração da Concórdia, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Concórdia exceder o seu valor recuperável é reconhecido uma perda de recuperação de ativos no resultado do exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a posição de caixa e equivalentes de caixa é constituído por:

	2012	2011
Disponibilidades	83.254	112.573
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	4.432	211
Total de caixa e equivalentes de caixa	14.135	11.416

(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por operações compromissadas no valor de R\$ 13.703 (R\$ 11.205 em 2011), remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreadas em títulos públicos (LFTs) e com vencimento em 2 de janeiro de 2013.

5. Títulos e valores mobiliários: As carteiras de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão classificadas na categoria de títulos de natureza negociação e estão apresentadas como segue:

	2012	2011
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.056	4.714
Vinculados a		

* continuação

A DIRETORIA

CONTADOR: Antonio dos Anjos Silva - CRC 1SP198669/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, tem a missão de ser órgão de auxílio permanente da Diretoria, e dentre suas atribuições, deve zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento dos normativos, regulamentos e das normas e políticas internas da instituição, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna, bem como pela eficiência do sistema de controles internos. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria, no 2º semestre de 2012, destacam-se:

a) Análise da efetividade dos trabalhos de Auditoria, revisando e aprovando, as Informações Financeiras Trimestrais dos meses de setembro e dezembro de 2012, e as demonstrações financeiras relativas ao

encerramento do semestre findo em 31 de dezembro de 2012.

b) Reuniões com representantes da KPMG Auditores Independentes, para análise da efetividade da auditoria das demonstrações financeiras, e do atendimento ao planejamento dos trabalhos e da extensão dos exames de auditoria para as áreas de risco e das evidências de auditoria para conclusão e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, sem ressalva, datado em 26 de março de 2013.

c) Referendar o relatório da Ouvidoria da Sociedade. Não há qualquer registro de denúncia, de erro ou fraude, descumprimento de normas ou ausência de controles relevantes que pudessem indicar ao Comitê de Auditoria inconsistências materiais nas demonstrações financeiras da instituição.

O Comitê de Auditoria da Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com base nas atividades realizadas no decorrer do semestre e nas práticas acima mencionadas, recomenda à Diretoria da Sociedade, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012 e das Informações Financeiras Trimestrais de setembro e dezembro de 2012.

São Paulo, 26 de março de 2013

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities** ("Concórdia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concórdia S.A. - Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3